

Docência, pesquisa e construção democrática: as contribuições de Rui Grácio e Rogério Fernandes

Libania Nacif Xavier*

Resumo:

O artigo analisa as contribuições políticas e intelectuais dos professores portugueses Rui Grácio e Rogério Fernandes. A primeira seção aborda as ideias e ações sobre qualificação de professores; a seguinte explora as concepções a respeito do lugar da história da educação na historiografia portuguesa; a última seção identifica as fontes e os temas sugeridos para a configuração de uma história da educação luso-brasileira. Ao final, analisa em que medida eles contribuíram para o fortalecimento da profissão docente e para a configuração de um campo de estudos sobre a história da educação luso-brasileira, conformando um projeto pedagógico e historiográfico em articulação com o engajamento político no processo de construção da escola democrática em Portugal.

Palavras-chave:

história da educação; movimentos docentes; construção democrática.

* Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Teaching, research and democratic construction: Rui Grácios and Rogério Fernandes contributions

Libania Nacif Xavier

Abstract:

The article analyses the careers and the political and intellectual contributions of two Portuguese educators - Rui Grácio and Rogério Fernandes - to teaching, research and democratic construction. At first, we consider their ideas and actions regarding teacher's training. Following, we explore the conceptions about the role of educational history in Portuguese historical interpretations. Finally, we identify the sources and themes that will result in a Luso-Brazilian educational history. We concluded that all of them contributed to define the educational sciences and to disseminate models of teachers' training that combine educational research and political commitments in the process of democratic construction of Portuguese school.

Keywords:

history of education; teachers' social movements; democratic construction.

Docencia, investigación y construcción democrática: las contribuciones de Rui Grácio y Rogério Fernandes

Libania Nacif Xavier

Resumen:

El artículo analiza las contribuciones políticas e intelectuales de los profesores portugueses Rui Grácio y Rogério Fernandes. La primera sección trata de las ideas y acciones sobre la calificación de profesores; la siguiente explora las concepciones a respecto del lugar de la historia de la educación en la historiografía portuguesa; la última sección identifica las fuentes y los temas sugeridos para la configuración de una historia de la educación luso-brasileña. Al final, analiza en qué medida ellos contribuyeron para el fortalecimiento de la profesión docente y para la configuración de un campo de estudios sobre la historia de la educación luso-brasileña, configurando un proyecto pedagógico e historiográfico en articulación con el compromiso político en el proceso de construcción de la escuela democrática en Portugal.

Palabras clave:

historia de la educación; movimientos docentes; construcción democrática.

Introdução

O artigo é resultado de pesquisa que analisou movimentos políticos e modelos de organização associativa docente que tiveram curso no Brasil e em Portugal, no contexto de transição democrática das décadas de 1970-1980¹. Este trabalho nos permitiu identificar a produção escrita de lideranças que lograram colocar em circulação publicações que, ao mesmo tempo em que expressaram atos de resistência, também proporcionaram elementos férteis para a abertura de novas linhas de investigação no âmbito da educação. Essas publicações expressam a mobilização que caracterizou diferentes contextos de luta, seja no processo de contestação ao regime autoritário e, simultaneamente, de construção da escola democrática, seja na conformação de um campo de conhecimentos específicos articulados em torno da reflexão sobre a historiografia portuguesa e do lugar da educação nessa produção ou, ainda, na configuração de uma história da educação luso-brasileira.

O foco recairá sobre dois educadores portugueses da geração que se formou durante o período do Estado Novo e que participou das reformas dirigidas à educação pública no pós-25 de abril. Trata-se de acompanhar as trajetórias profissionais e de avaliar a contribuição de Rui Grácio e Rogério Fernandes. Com base na observação das ações dessas lideranças intelectuais, bem como de suas publicações, foi possível perceber as dinâmicas de constituição da profissão docente, observando, em particular, as concepções, os modelos pedagógicos e as utopias políticas que circularam por meio das ações, associações e produções intelectuais desses educadores.

Tais dinâmicas foram percebidas como movimentos de intervenção na conformação da carreira, de negociação com as esferas de poder e de constituição de um campo de conhecimento entendido como relevante para esse grupo profissional. Esperamos, dessa forma, ampliar a compreensão sobre as estratégias de legitimação profissional operadas por meio da sistematização, proposição e divulgação de modelos e práticas pedagógicas consideradas pertinentes por indivíduos e grupos

¹ Pesquisa desenvolvida no estágio pós-doutoral realizado no âmbito do Programa de Intercâmbio Capes-FCT. Agradeço a leitura de Graça Fernandes, assim como a colaboração dos professores que, à época, estiveram articulados ao Projeto de Pesquisa *Construção da Profissão Docente no Ensino Secundário (1947-1974)*, da Universidade Lusófona. É justo registrar que possíveis erros ou imprecisões são de inteira responsabilidade do autor.

articulados em redes de poder e de contra-poderes. Pretendemos perceber, também, em que medida a participação desses educadores em movimentos de caráter associativo – bem como nas redes sociais potencializadas por meio destes – propiciaram a divulgação de estudos sobre a conjuntura política e educacional, plasmando uma determinada visão sobre a história da educação nacional e compondo consensos relativos à profissão docente em perspectiva *trans* nacional.

Tendo em vista as possibilidades analíticas contidas na produção intelectual desses educadores, optamos por uma abordagem teórica que se situa na interseção entre a história cultural e a história intelectual. Assim, a observação das questões que pautaram as preocupações políticas e intelectuais do período dar-se-á em consonância com a análise dos textos que, produzidos e postos em circulação à época, foram capazes de estabelecer diálogos com seus leitores (CHARTIER, 1990), interferindo no imaginário social do público leitor da época e de épocas posteriores. Em consonância com La Capra e Kaplan (1987), nós concebemos a história intelectual a partir da relação de contrato que se estabelece entre autor, texto e leitor, propondo uma contextualização que não seja de natureza documental, mas interpretativa. Com base nas observações desses autores, nós procuramos desenvolver uma análise que rejeita a ideia de ‘indivíduo prévio’ e outras construções a posteriori, esperando, com isso, interpretar as memórias por eles tecidas, bem como as suas realizações, em interação com as expectativas e possibilidades pertinentes ao contexto histórico em que viveram (BOURDIEU, 1998).

Tal orientação teórico-metodológica nos levou a explorar os textos selecionados como fontes históricas, procurando analisá-los em suas múltiplas dimensões: como artefato cultural, produção intelectual e instrumento político; como resultado de esforços individuais e, ao mesmo tempo, como revelador de movimentos coletivos. Alguns dos textos que tomamos como fontes se encontram dispersos em matérias de revistas sindicais e em periódicos especializados, assim como em jornais diários e em separatas. Os livros selecionados, em sua maioria, foram publicados pela Fundação Calouste Gulbenkian e pela Editora Livros Horizonte, em particular na *Coleção Biblioteca do Educador Profissional* (BEP).

Em resumo, nosso esforço foi perscrutar aspectos particulares das trajetórias profissionais, políticas e intelectuais dos Professores Rui Grácio e Rogério Fernandes. Apesar de o primeiro ter nascido dez anos antes do segundo, consideramos a ambos, como integrantes da geração que se formou durante o Estado Novo e se envolveu no movimento de oposição a esse regime. Nessa perspectiva, suas trajetórias profissionais

nos informam sobre um coletivo de educadores portugueses que resistiu ao controle ideológico dominante no regime salazarista e atuou de modo propositivo, aproveitando as possibilidades que se apresentaram no contexto de transição democrática dos anos 1970, de modo a promoverem mudanças duráveis no seu campo de atuação profissional².

A opção por destacar a trajetória desses dois intelectuais-educadores se justifica, também, em razão de outros fatores. Em primeiro lugar, acreditamos que a contribuição do primeiro para a reflexão sobre a condição docente nos permite avaliar os limites e as possibilidades da atuação profissional dos professores, independentemente do espaço geográfico onde esse grupo atue. Ainda que a escolha dos indivíduos a serem colocados em evidência pelo nosso estudo possa lhes atribuir um lugar especial, fazendo com que, muitas vezes, se façam leituras reificadoras de suas experiências, é importante esclarecer que o que pretendemos neste estudo é apreender as dimensões sociais, políticas e intelectuais de suas ações, acompanhando suas interações com o grupo profissional e com os condicionantes políticos e sociais nos quais se movimentaram. Assim, ao contrário do que poderia ser uma tendência à fragmentação contida na análise de trajetórias individuais, nós acreditamos que é a partir do acompanhamento de trajetórias individuais que nós poderemos melhor perceber como se deram as relações entre os diferentes movimentos e associações por onde esses indivíduos transitaram.

Uma marca de geração

Para melhor caracterizar a geração de Rui Grácio e Rogério Fernandes, é relevante assinalar as afinidades e parcerias que pontuaram as trajetórias de ambos. No que tange às particularidades da contribuição de cada um, é importante assinalar a intervenção de Rui Grácio nos processos de formação continuada e de legitimação profissional dos professores, por meio de cursos, de publicações e de intervenção nos rumos da política educacional. A trajetória de Rogério Fernandes revela uma intervenção mais longa sobre a investigação acadêmica, em particular, no âmbito da história da educação. Junto a Rui Grácio, ele

² A esse respeito, torna-se relevante registrar que entendemos o termo geração, tal como Sirinelli (1996), para quem importa menos a associação a uma data de nascimento e muito mais a vivência de uma experiência coletiva impactante, tal como foi a experiência de viver sob o regime do Estado Novo e, também, de se envolver na oposição a esse regime.

exerceu destacada atuação na organização de um campo de investigação sobre a história da educação. Uma breve apresentação dos dados biográficos desses intelectuais nos permitirá visualizar uma longa atuação – em diversas frentes – com vistas a interferir no campo da educação, seja no âmbito das instâncias estatais e em agremiações políticas e profissionais, seja nas instituições privadas de ensino, assim como naquelas que ofereciam condições para o desenvolvimento de pesquisas.

Ambos obtiveram a licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tornando-se, em seguida, professores do Ensino Particular Secundário. Rogério pertenceu ao Partido Comunista Português e Rui ao Partido Socialista, mas ambos se encontraram no Movimento de Oposição Democrática³. Nos anos 1960, Rogério Fernandes atuou como colaborador da Revista *Seara Nova* e *Vértice*, foi redator do jornal diário *A Capital* e consultor da *Editora Livros do Brasil*. Rui Grácio ingressou na Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), vindo, posteriormente, a sagrar-se investigador sênior do Centro de Investigação Pedagógica (CIP) daquela instituição, que se tornou um dos raros espaços de produção científica em Educação. Em 1967, ele assumiu a direção da Biblioteca do Educador Profissional (BEP), da Editora Livros Horizonte. Com o desfecho do 25 de abril, Rui Grácio exerceu as funções de Secretário de Estado da Orientação Pedagógica no II, III e IV Governos Provisórios⁴. Nessa ocasião, ele contou com a colaboração de Rogério Fernandes, que ocupou o cargo de Diretor Geral do Ensino Básico.

Ambos publicaram vários livros dirigidos ao magistério. Como membro da Comissão de Publicações do CIP-FCG, Rui Grácio deu publicidade à obra de intelectuais portugueses, tais como Antonio Sérgio e Delfim Santos, dos quais se dizia discípulo. Rogério Fernandes, por sua vez, publicou um conjunto variado de textos, alguns resultados de

³ O Movimento de Oposição Democrática encampou um conjunto de ações de oposição ao regime do Estado Novo. Dentre essas ações, destacam-se os três congressos realizados em Aveiro. O I Congresso realizou-se a 6 de outubro de 1957, antecedendo as eleições de 1958; o II Congresso ocorreu em 1969 e o último dos Congressos Republicanos ocorreu em maio de 1973 (BASE..., 2011).

⁴ Sob a responsabilidade política e técnica de Rui Grácio ou com a sua colaboração, empreenderam-se importantes reestruturações do Sistema Educativo, tais como: a modernização dos programas do Ensino Primário e Preparatório, a unificação do Ensino Secundário Geral, o reajustamento dos currículos e programas das Escolas do Magistério Primário e Infantil, a qualificação dos professores em exercício, dentre outras. (FERNANDES, 1995).

pesquisa, outros frutos de reflexões sobre a conjuntura política e a situação da educação portuguesa naquela conjuntura, outros, ainda, abordando as contribuições de educadores, de reformas de ensino, ou, ainda, de movimentos e experiências pedagógicas aos quais ele atribuía relevância, como veremos adiante.

Na década de 1990, Rogério Fernandes integrou-se à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, tornando-se, posteriormente, professor catedrático. Nessa posição, ele estabeleceu intercâmbios com grupos de pesquisas de várias universidades brasileiras (de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, dentre outras) e participou da realização do primeiro de uma série de Congressos Luso-Brasileiros de História da Educação. A leitura da bibliografia selecionada demonstrou que as marcas identitárias comuns à geração de Grácio e Fernandes remetem às relações que eles foram capazes de estabelecer entre pesquisa educacional e produção historiográfica, destacando o engajamento ético-político e social com as demandas de seu tempo. A relação que Rogério Fernandes estabeleceu com pesquisadores brasileiros encontra-se registrada em publicações conjuntas, assim como em coletâneas e anais de eventos acadêmicos⁵.

As questões relacionadas com a autonomia intelectual, a sensibilidade humana e o compromisso social dos professores foram abordados, de modo original, por Rui Grácio tanto nos projetos de formação continuada que ele desenvolveu quanto nas reflexões que ele deixou registradas em publicações dirigidas e esse grupo profissional. Tais publicações foram vistas em nossa pesquisa como instrumentos postos a serviço de uma interlocução com os professores e demais profissionais da educação. Consideramos que as coleções pedagógicas dirigidas por Rui Grácio constituíram, ainda, estratégias de valorização profissional dos professores em um contexto bastante adverso ao seu desenvolvimento profissional, como demonstraremos nas próximas sessões.

A qualificação docente como meta

Para melhor caracterizar a filosofia sobre a qual se encontrava

⁵ A presença de Rogério Fernandes pode ser notada nos Anais de vários Encontros do Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, assim como em revistas brasileiras (FELGUEIRAS; MENEZES (2004) e em coletâneas organizadas por pesquisadores brasileiros, tais como Stephanou e Bastos (2006) e Mignot e Gondra (2007), dentre outras.

apoiado o ensino português e, sobretudo, a formação de professores durante o Estado Novo (1933-1974), Rui Grácio retomou uma expressão de Antônio Sérgio, chamando de ‘pedagogia quantitativa de indigestão mental’ a política de formação docente em vigor, à época. Esta era considerada por ele como legitimadora da longa formação exclusivamente acadêmica dos professores e que tornava dispensável, ou quando muito, subsidiária e marginal, a formação pedagógica, no pressuposto de que possuir bem o saber, a cultura, a ciência garantiria a capacidade de sua adequada comunicação. Conforme observou Brandão (1999), era comum atribuir a alcunha de ‘ciências ocultas’ para designar as ciências da educação, expressão que, por vezes, era usada pelos próprios professores universitários, à época.

Rui Grácio orientou e planejou cursos a convite do Sindicato Nacional dos Professores, dirigidos indistintamente a docentes do ensino particular e oficial de todos os graus e ramos, introduzindo, na ocasião, técnicas da dinâmica de grupo no processo formativo. A leitura do *Boletim do Sindicato Nacional dos Professores* (1963) nos forneceu importantes informações a respeito desse curso oferecido aos professores, ainda nos anos 1960, e que teve resultados duráveis, tendo exercido influência na criação do *Movimento da Escola Moderna* (MEM), uma associação profissional orientada por valores democráticos e práticas participativas, por meio de estruturas de cooperação educativa.

O primeiro curso foi organizado na sede do sindicato, com início em 15 de novembro e término em 10 de junho do ano de 1963, sob a forma de grupo de trabalho composto por quinze professores e professoras de diferentes estabelecimentos de ensino (oficial e particular), segmentos (primário, secundário, liceal e técnico) e disciplinas (científica, literária, humanística, educação física e musical, labores), com diferentes idades e tempos de experiência.

O trabalho de grupo foi pautado na valorização da pessoa do professor e no uso da técnica não diretiva. Na visão de Rui Grácio, o êxito do trabalho pedagógico não dependia exclusivamente do conhecimento do professor e da aplicação didática, mas também de outros fatores, tais como: (a) sua capacidade de compreensão e aceitação das diversas individualidades discentes e (b) da sua capacidade de criar um clima de colaboração. O plano de curso abrangia vinte e quatro lições de pedagogia, psicologia e didática geral, distribuídas em três trimestres escolares; a duração de cada lição era de aproximadamente 45 minutos, seguida por debate (colóquio) orientado pelo preletor com duração de 60 a 75 minutos. Além disso, havia a sugestão de se realizar encontros

informais por meio de grupos de formação de inscrição facultativa. Posteriormente, de novembro de 1964 a fevereiro de 1965, ocorreu o II Curso de Aperfeiçoamento que seguiu o modelo anterior, desta vez, contando com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian. O III Curso de Aperfeiçoamento iniciou com formato diferente dos anteriores, buscando atender a exigência específica dos professores, conforme o grau de ensino e as disciplinas lecionadas.

A eficácia desses cursos em promover mudanças duráveis no processo de construção social da profissão pode ser avaliada com base na memória que o fundador do movimento da Escola Moderna, Sérgio Niza (2006), reproduz em entrevistas, assim como nos Editoriais publicados na Revista do MEM. O relato abaixo é bastante ilustrativo:

O MEM surge a partir da atividade de seis professores que se constituíram em Fevereiro de 1965 num Grupo de Trabalho de Promoção Pedagógica no Sindicato Nacional de Professores, impulsionado pelos cursos de aperfeiçoamento profissional de professores que Rui Grácio promoveu e dirigiu. Esse grupo inicial analisava e refletia sobre as suas práticas de ensino a partir de relatos apoiados nos trabalhos dos alunos, alternando com a leitura e debate de textos promotores do seu desenvolvimento teórico, bem como da produção de instrumentos auxiliares do trabalho pedagógico. Estes três objetivos de formação e de construção da profissão foram os adotados pelo MEM quando, no ano seguinte, Rosalina Gomes de Almeida e eu próprio assumimos, estrategicamente, no Congresso francês da Escola Moderna em Perpignan a responsabilidade de integrarmos, com a discrição requerida pela vida sob a ditadura, a Federação Internacional dos Movimentos de Escola Moderna (FIMEM) para apoio ao projeto que havíamos empreendido e a que se associou a experiência dos professores do Centro Infantil Helen Keller, a que ambos pertencíamos e onde se utilizavam já as técnicas Freinet⁶.

Consideramos que o MEM se distingue das demais associações profissionais docentes existentes em Portugal, assim como no Brasil. A diferença estaria na relação que os associados do MEM procuram estabelecer com o conhecimento e com o modo de trabalhar, já que essa associação congrega professores de quaisquer níveis de ensino, assim como das mais variadas disciplinas. Conforme afirmou Sérgio Niza⁷, o

⁶ Como informado no histórico que se encontra no site dessa Associação, a partir dos anos 1980, o Movimento da Escola Moderna Portuguesa reorientou o seu trabalho de autoformação cooperada e o respectivo modelo pedagógico de intervenção escolar para uma perspectiva comunicativa e sociocultural decorrente dos trabalhos de Vygotsky, Bruner e outros (MOVIMENTO DA ESCOLA MOERNA, 2012).

⁷ Em depoimento concedido em novembro de 2008.

que importa é o modo como os docentes organizam o trabalho dos alunos e geram o currículo, e aí não há grandes diferenças entre as disciplinas e os níveis de ensino, já que o objetivo central da proposta do MEM é ajudar os professores a dominarem e aperfeiçoarem a organização do trabalho de aprendizagem e o modo de gerir o currículo de maneira participada.

Rui Grácio criticou as formas de ministrar o ensino com base na memorização, na repetição e no acúmulo de informação. Ele considerava que esse processo reforçava uma ‘cultura quantitativa’, mais preocupada em distribuir diplomas e apresentar índices estatísticos satisfatórios do que em formar pessoas aptas para atuarem em comunidade. Contrariamente à ideologia dominante no regime salazarista, ele considerava que a escola e o ensino deveriam reforçar as capacidades para o exercício da autonomia e do espírito crítico transformador, ao lado do civismo⁸. Finalmente, entendia que o ensino de qualidade requeria que os professores recebessem uma formação continuada e permanente que abarcasse os níveis pedagógicos (teoria e prática), específicos (artes, cultura, tecnologia, ciências etc.) e cívicos.

Tais convicções consubstanciavam não apenas uma crítica, mas, acima de tudo, um desejo de promover ações capazes de impor limites ao trabalho de inculcação ideológica realizado durante o Estado Novo. Como observou Mogarro (2001), o Estado Novo articulou uma política educacional na qual o aparelho escolar, em particular a escola primária, se encontrava submetido a uma política de contenção, seja em sua expansão quantitativa, seja no que tange ao exercício da autonomia e na formação intelectual, cívica e moral dos alunos, assim como na seleção e manutenção do quadro de professores. A essa orientação, o Governo combinou uma política cultural extremamente abrangente, fincada na propaganda dos ideais propalados pelo regime e na censura a tudo o que destes se afastasse. Assim, ao trabalho da escola, se somava o trabalho de outras agências culturais criadas pelo regime, tais como as *Casas do Povo*, as *Casas dos Pescadores* e aquelas ligadas à *Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho* (FNAT), com suas práticas desportivas e recreativas e suas bibliotecas populares. A essas ações também se aliou uma política de publicações voltadas para propagandear e legitimar o regime, a exemplo das publicações atinentes ao Plano de Educação Popular vinculado à Campanha Nacional de Educação de Adultos

⁸ Civismo entendido como comprometimento com as questões sociais e nacionais; como participação política cidadã.

(CNEA). Essas agências e atividades funcionavam em sintonia com os órgãos centrais de propaganda, dos quais se destacam o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), convertido, a partir dos fins de 1944, em Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), e a Junta de Ação Social⁹. Em todas elas, eram ativados mecanismos de controle e de conformação de uma cultura popular oficial, em paralelo com mecanismos de censura e de consagração simbólica dos paradigmas de organização social que articulavam o ruralismo tradicional, o nacionalismo e o catolicismo.

Entendemos que a participação de Rui Grácio como diretor da Biblioteca do Educador Profissional (BEP) tem relação com a ambição de desempenhar uma ação contra-hegemônica, difundindo estudos, concepções e propostas pedagógicas ancorados em uma perspectiva plural e racional que confluísse para ampliar a autonomia intelectual de seus leitores, em particular, dos professores. A Editora Livros Horizonte foi a única editora, à época, com uma linha de publicações dirigida a educadores e professores. Ela foi criada em Lisboa, a 11 de maio de 1953, por Rogério Mendes de Moura (1925-2008). Tendo exercido a função de Diretor do Setor Cultural do Partido Comunista Português, Rogério Moura desempenhou importante papel na esfera cultural, sobretudo durante o Estado Novo, difundindo obras de autores independentes, a despeito da ação censora da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE). Nesse empenho, ele estimulou a disseminação de obras de interesse para a educação, abrindo junto a essa Editora uma linha editorial composta por três Coleções, a saber: Biblioteca do Educador Profissional; a Coleção Horizonte Pedagógico e Educação; e Estudos e Documentos / UNESCO¹⁰. Os livros da Coleção Biblioteca do Educador Profissional circulam até hoje em Portugal, oferecendo uma gama variada de pesquisas, dados e informações estatísticas relativas à educação e ao ensino, assim como reflexões sobre a educação, o ensino e as políticas

⁹ Na década de 1950, o Estado salazarista criou a Junta de Ação Social com a competência para organizar e instalar bibliotecas em empresas e demais locais de reunião de trabalhadores, tais como grêmios, sindicatos, casas do povo etc. Data dessa época a criação da Campanha Nacional de Educação de Adultos, em cujo 'Plano de Educação Popular' se previa a publicação de séries temáticas, que incluíam livros recreativos, história pátria, arte portuguesa, etnografia e folclore, educação sanitária, física e de desportos, assim como educação familiar, aperfeiçoamento profissional e organização corporativa, dentre outras (TORGAL; HOMEM, 1982).

¹⁰ Diário de Notícias (2013) e Público (2008) matéria publicada à época do falecimento de Rogério Moura.

educacionais. Constituem, ainda hoje, um rico e variado manancial de informação para os professores.

Em número da Revista *Inovação, Educacional*¹¹ em homenagem a Rui Grácio, António Novoa (2001) abre os debates, enfatizando que ele gostava de afirmar que a perspectiva que orientava o seu olhar sobre os temas que lhe despertavam interesse e reflexão era a de um pedagogo. Esclarece que se colocar na posição de pedagogo era, para Rui Grácio, se apresentar como alguém que exerce não somente uma função profissional, mas também que internaliza o compromisso assumido; que participa das diversas etapas que compõem o sistema escolar, mas que não descuida de investir, aprimorar e colaborar em sua área profissional por meio da produção escrita. Por fim, observa que, nesse caso, a definição de pedagogo engloba aqueles que adotam a postura de multiplicadores, que se preocupam em partilhar o saber não apenas com seus alunos, mas também com seus pares, e cuja ação em sala de aula se reflete e se expande em um âmbito geral, interferindo no coletivo.

Essas observações delineiam a identidade de um intelectual que se comprometeu com a qualidade do ensino e com as condições de trabalho dos professores. Juntamente com Rogério Fernandes, Rui Grácio envidou esforços na produção, sistematização e divulgação de um corpo de conhecimentos indispensáveis tanto para a divulgação de estudos e conhecimentos que visavam fortalecer as práticas e as identidades profissionais dos professores, como para a configuração daquilo que hoje se reconhece como o campo das ‘ciências da educação’¹², incluindo nesse empenho, também, a conformação de uma área de investigação mais

¹¹ Revista *Inovação Educacional* (2001) tema de capa: Preservar a memória: homenagem a Rui Grácio.

¹² Em relação à afirmação supra, cabe o esclarecimento de Graça Fernandes, em entrevista concedida à pesquisadora, alertando que as Ciências da Educação só foram institucionalizadas na década de 1980 com a criação da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, graças aos esforços de Albano e Maria Teresa Estrela. Observa, ainda, que “[...] Rui Grácio, nessa altura, já tinha a sua carreira feita – era, foi sempre, um pedagogo. Não fez mestrado, nem se doutorou. Nunca a Academia o reconheceu como um dos seus (concedendo-lhe, por exemplo, o doutoramento honoris causa). Os professores reconheciam-lhe o mérito e a obra, a Universidade punha algumas reticências. Quanto ao Rogério, teve todo o reconhecimento que merecia, vindo sobretudo das Universidades de Espanha, Itália, França e, claro, do Brasil”. Diante desse esclarecimento, cumpre-nos situar a contribuição de Grácio no período anterior à institucionalização das ‘Ciências da Educação’, reafirmando, contudo, a sua contribuição para a estruturação prévia desse campo de estudos.

específica no âmbito dos conhecimentos educacionais, qual seja, a pesquisa em História da Educação, como veremos a seguir.

Nessa perspectiva, Rui Grácio e Rogério Fernandes organizaram, em 1987, o Primeiro Encontro de História da Educação em Portugal, promovido pelo Serviço de Educação da Fundação Calouste Gulbenkian e pelo Departamento de Educação da Faculdade de Ciências de Lisboa¹³. Os textos apresentados na ocasião por Joaquim Ferreira Gomes e por Rogério Fernandes, adicionados a um artigo escrito anteriormente por Rui Grácio foram publicados no livro intitulado *História da Educação em Portugal*, compondo a Coleção BEP / Livros Horizonte.

“Está por escrever a História do Ensino em Portugal” (GRÁCIO, 1988, p. 19). Com esta frase, tomada de empréstimo a Luis Albuquerque em *Notas para a História do ensino em Portugal*, Rui Grácio inicia o texto que compõe o referido livro, publicado em 1988¹⁴. A abertura do capítulo, que versa sobre a História da Educação em Portugal no período 1945-1978, retoma a referida frase, considerando a sua atualidade, e acrescenta, ainda, outra frase, dessa vez de Rômulo Carvalho, para quem “[...] o conhecimento histórico do modo como o ensino se ministra numa nação é fundamental para que se possa ajuizar as suas potencialidades” (GRÁCIO, 1988, p. 19).

Rui Grácio tempera esses juízos, considerando que

[...] a história da educação não se circunscreve à história do ensino e das suas instituições; e ainda pelo reconhecimento de que uma e outra se articulam à história do movimento social e, mais diretamente, ao processo evolutivo das atividades culturais, de que a produção e a difusão das ciências é um aspecto” (GRÁCIO, 1988, p. 20).

Define, desse modo, a sua concepção a respeito da História da Educação, expressando uma concepção alargada de seu objeto de estudo,

¹³ Participaram do evento, publicando suas comunicações, Rui Grácio, Rogério Fernandes, Joaquim Ferreira Gomes, Antonio Candeias, Antonio Nóvoa, Aurea Adão, Antonio Gomes, Luis Reis Torgal e Maria do Rosario Azenha, Pierre Caspard e Julio Ruiz Berrio, dentre outros (ENCONTRO..., 1987).

¹⁴ O referido texto foi publicado em 1983 na Revista *Cultura – História e Filosofia* do Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, tendo sido, originalmente, produzido por encomenda da Comissão de História da Sociedade Germânica de História da Educação e incluído na obra coletiva *Die Historische Pädagogik in Europa und den USA (1985)*, organizada pelo Professor Manfred Heinemann da Universidade de Hannover (GOMES; FERNANDES; GRÁCIO, 1988).

o qual, na sua visão, abrangia os processos de transmissão cultural, articulando-se aos movimentos sociais.

A publicação desse livro com a participação de Joaquim Ferreira Gomes e de Rogério Fernandes marca, a nosso ver, o esforço por impulsionar o desenvolvimento das pesquisas sobre a história da educação portuguesa de um ponto de vista amplo, porém, situado no território próprio daqueles que estavam atuando no campo da educação. Em outras palavras, os estudos sobre a organização do ensino, as virtualidades democráticas da escola, os processos de produção e de divulgação das ciências, entre outras questões, aparecem como eixos orientadores de suas apreciações a respeito do lugar da educação na historiografia portuguesa. Ao mesmo tempo, reivindicam a especificidade desse tipo de estudo, em diálogo com a história e a historiografia, mas centrados em questões específicas do campo da educação.

De fato, o empenho de ambos no desenvolvimento de pesquisas sobre a história da educação – tanto por meio dos próprios estudos quanto abrindo espaços institucionais e incentivando encontros e intercâmbios acadêmicos ou promovendo a sua divulgação por meio da abertura de linhas de publicação sobre temas de interesse para a educação – contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa educacional em sentido amplo, assim como para a ampliação e renovação dos estudos de história da educação. Conforme já assinalamos, a trajetória de Rogério Fernandes nos permite perceber, ainda, o seu empenho na constituição de redes de pesquisadores envolvidos com a configuração de uma história da educação luso-brasileira, como demonstraremos na próxima sessão.

Por uma História da Educação Luso-Brasileira

Ao reunirem um conjunto de escritos de Rogério Fernandes em um livro que o homenageou em vida, Felgueiras e Menezes (2004) organizaram as publicações do autor em torno de alguns eixos temáticos. Neste artigo, nosso interesse se prende aos estudos reunidos no eixo intitulado: *Contributos para a história da educação luso-brasileira*. Isto porque os seis escritos ali reunidos apresentam fontes, temas e questões que nos permitem perceber de que modo o autor se empenhou em promover a configuração de uma história da educação luso-brasileira¹⁵.

¹⁵ Os estudos e as publicações reunidos nesse eixo são os seguintes: *A instrução pública no Brasil e os arquivos portugueses: pontos de partida para uma investigação; Leituras portuguesas sobre o Brasil. O caso do "Archivo Pittoresco" (1858-1868); Nota sobre o ensino dos índios entre 1760 e 1770*, todos publicados

Nesse conjunto, são exploradas fontes impressas referidas a indivíduos e/ou organizações civis, tais como os jornais *Arquivo Pitoresco* – semanário financiado pela ‘Sociedade Madrépora’, fundada, em 1865, por um emigrante português radicado no Rio de Janeiro, com vistas a difundir valores patrióticos e nacionalistas, inclusive aos portugueses emigrados no Brasil – e a *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil*. São indicados e explorados, também, arquivos e fontes oficiais, tais como aqueles que abordam aspectos das reformas pombalinas da instrução pública, da adoção do método de ensino mútuo em terras brasileiras ou aqueles que versam sobre o ensino dos índios do Brasil após a expulsão dos jesuítas.

A História da Educação no Brasil e em Portugal: caminhos cruzados (1998)¹⁶ é uma atualização do balanço historiográfico que ele havia apresentado em 1988, ressaltando, contudo, os avanços alcançados no âmbito da produção portuguesa, dez anos depois. No texto, são indicados os principais Centros Universitários e grupos de pesquisa na área, visando à “[...] delimitação de territórios partilháveis em termos de objetivos, de enquadramentos teóricos e de métodos de pesquisa, de modo a favorecer uma agenda de investigação num e noutro país” (FERNANDES, 1998, p. 5). Para tanto, apresenta um mapa de investigações nas quais se podem vislumbrar zonas comuns e constituir eixos de fixação de especialistas nos dois países, indicando temáticas, instituições e investigadores. Dentre as temáticas apontadas pelo autor, destacam-se as investigações relativas à história da alfabetização e do ensino da leitura e da escrita; questões de gênero e educação; história de vidas de professores; memórias sobre a escola e o ensino; história da infância; pesquisas sobre instituições escolares e rumos do ensino durante o salazarismo; estudos comparados, dicionário de educadores e da imprensa pedagógica portuguesa.

Preocupa-se, assim, em identificar os estudos sobre história da educação em curso nas instituições portuguesas, entendendo que tal informação seria crucial para a definição de interesses comuns de

em 1996; *A História da Educação no Brasil e em Portugal: caminhos cruzados*, publicado em 1998; Um projeto de jornalismo pedagógico luso-brasileiro no século XIX (1857-1858), publicado em 2000; e A cada um o seu lugar ou as normas do ensino mútuo, publicado em 2003 (FELGUEIRAS; MENEZES, 2004).

¹⁶ Publicado no Brasil, na *Revista Brasileira de Educação* da Associação Nacional de Pesquisa em Educação, n° 7, jan./abril, 1998, p. 5-19 (FELGUEIRAS; MENEZES, 2004).

pesquisa, a partir de temáticas e questões passíveis de investigação nos dois contextos nacionais: o brasileiro e o português. Define, assim, um modelo de comparação ancorado na definição de temas, problemas e abordagens teóricas cuja investigação não teria necessariamente que romper com o enquadramento dos objetos de estudo nas respectivas fronteiras nacionais. Nessa linha, poderiam ser enquadradas as publicações de pesquisadores brasileiros e portugueses que realizaram intercâmbio no âmbito da História da Educação, nesses últimos anos (entre 2000 e 2010), as quais reúnem estudos sobre processos característicos da história da educação em uma e outra realidade nacional.

Indica, adiante, um segundo terreno suscetível de ação conjunta: os arquivos portugueses, em cujos acervos os investigadores brasileiros, de forma geral, poderiam achar materiais de interesse para a reconstrução do passado da educação no Brasil-Colônia. Na abordagem sugerida, é possível vislumbrar a expectativa de construir um espaço luso-brasileiro, garantido pelo tipo de fontes a serem exploradas. Importa assinalar que tais fontes são definidas em função do modo de organização político-administrativa que, outrora, uniu as chamadas terras brasílicas e o Reino de Portugal. Tal delimitação interfere, também, na opção temporal que, necessariamente, recairá entre os séculos XV e início do XIX, encerrando-se quando da independência do Brasil e de sua constituição como Estado Nacional autônomo.

As indicações sobre essas fontes são aprofundadas no artigo intitulado *A instrução pública no Brasil e os arquivos portugueses: pontos de partida para uma investigação* (1996), que Rogério Fernandes publicou em parceria com a professora da Universidade de São Paulo, à época, Elza Nadai¹⁷. O trabalho coloca em pauta questões relacionadas à organização da instrução pública no Brasil Colonial e arrola as lacunas que ainda subsistiam à sua explicação. Utiliza basicamente a *Correspondência epistolar de Frei Manuel de Cenáculo* (Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora) e as diversas séries constantes do *Catálogo da Real Mesa Censória e da Coleção Ministério do Reino* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). Após indicar a documentação, apresenta questões, tais como: Qual foi a concepção de ensino público que informou a organização da Instrução na Colônia? Qual a abrangência dos estudos secundários? É possível determinar o perfil de professor que

¹⁷ Publicado em *Para uma História da educação Colonial- Hacia una Historia de la Educación Colonial*, Sociedade Portuguesa de Ciências Sociais da Educação, Educa, Porto e Lisboa, 1996 (FELGUEIRAS; MENEZES, 2004).

atuou na Colônia? Conclui que a consulta aos documentos citados poderia contribuir para relativizar a questão do controle metropolitano. Isto porque se, de um lado, ele se impôs em todos os campos e atividades sociais da Colônia, por outro, é possível delinear, com base em fontes originais, que as resistências ao rigor e à disciplinarização foram frequentes, adquirindo diferentes facetas.

Interessante observar o valor atribuído pelo autor às questões de estudo. Indica, desse modo, que, para o estudo comparado da história da educação no espaço luso-brasileiro, não bastava a definição do objeto em termos de espaço e tempo, mas seria igualmente importante a definição de questões de estudo pertinentes e relevantes. Nesses artigos, Fernandes demonstra que as preocupações que orientam a formulação de questões de estudo podem ser de natureza variada, como se pode observar no artigo intitulado *Nota sobre o ensino dos índios entre 1760 e 1770* (1996)¹⁸. O artigo se volta para questões que ele considerava ainda estarem em aberto, como, por exemplo: Qual teria sido o alcance real das reformas educacionais levadas a efeito ou projetadas no período pombalino? Sem entrar em pormenores a respeito das fontes disponíveis nos arquivos portugueses, Fernandes explora uma questão de fundo historiográfico, apontando a importância de estudos que problematizem a concepção, ainda adotada à época em que foi publicado o artigo, que ele qualificou como uma ‘visão catastrofista do período pós-jesuíta’.

A esse respeito, merece registro a revisão historiográfica que o estudo da época pombalina exerceu sobre a historiografia da educação brasileira, observando-se uma inflexão provocada nas interpretações que predominaram até os anos 1990 a respeito do impacto da expulsão dos jesuítas no século XVIII, por determinação do Marquês de Pombal. Fruto da reprodução acrítica de uma versão da história da educação brasileira produzida (em tons monumentais) por Fernando de Azevedo, em particular na obra *A Cultura Brasileira* (1942), os estudos costumavam avaliar as consequências desse ato como provocadoras de um ‘hiato’, que caracterizou um tempo no qual nada de positivo teria acontecido no âmbito da educação. Sobretudo a partir dos anos 1990, com a publicação do estudo de Francisco Falcon, intitulado *A Época Pombalina* (1982) e com o próprio processo de revisão da história da educação brasileira, a partir da publicação da tese de Marta Carvalho (1998), Molde Nacional e

¹⁸ Originalmente, este texto resultou de uma Comunicação apresentada no *II Congresso Iberoamericano de História da Educação Latinoamericana*, realizado em Campinas (Brasil) em setembro de 1994 (FELGUEIRAS; MENEZES, 2004).

forma cívica, e dos artigos dela decorrentes, dentre os quais o estudo crítico sobre a influência de Fernando de Azevedo na produção de uma memória monumental da educação brasileira, é que a versão azevediana foi criticada e superada, dando lugar à renovação da pesquisa na área¹⁹.

A cada um o seu lugar ou as normas do ensino mútuo²⁰ foi escrito em parceria com a professora da Universidade de Campinas, Maria Cristina Menezes. O artigo apresenta como tema central a adoção do ensino mútuo, em Portugal e no Brasil, no primeiro quartel do século XIX. Depois de assinalar as vias por meio das quais a inovação lancasteriana foi difundida, foram indicadas possíveis fontes de dados, tais como testemunhos de professores e intelectuais que tinham visitado instituições dessa categoria no estrangeiro ou informações obtidas em alguns livros ou artigos especializados. Nesse ponto, são apresentadas novas possibilidades de comparação, ancoradas em agentes e/ou veículos, tais como os professores e intelectuais, a imprensa e os impressos em geral, destacando-se neles a capacidade de promoverem a circulação de ideias, modelos e práticas culturais, abrindo, desse modo, novas possibilidades de investigação na área, ancoradas em estudos sobre a produção, a circulação internacional e os modos de apropriação de ideias, modelos e práticas culturais em curso em determinados contextos históricos.

Leituras portuguesas sobre o Brasil: O caso do ‘*Archivo Pittoresco*’ (1858- 1868)²¹ também aborda as relações culturais entre Brasil e Portugal, destacando que estas foram historicamente fomentadas por múltiplas iniciativas cujos protagonistas não se limitaram aos agentes governamentais. Toma, como exemplo desse tipo de intervenção, um semanário ilustrado português, *Archivo Pittoresco*, que principia a publicar-se em 1857, considerado como uma das expressões mais significativas do empenho na construção da cooperação cultural luso-brasileira.

Conforme demonstrou Fernandes, o jornal serviu de veículo de ideias e informações sobre dois países, dirigidas à mocidade das escolas

¹⁹ O artigo de Marta Carvalho a que estamos nos referindo foi publicado nos *Cadernos de Pesquisa*, em 1988, sob o título: *O novo, o velho, o perigoso: relendo a Cultura Brasileira de Fernando de Azevedo* (CARVALHO, 1988).

²⁰ Trabalho apresentado no 25º Congresso da International Standing Conference for History of Education (ISCHE), realizado em São Paulo, em julho de 2003 (FELGUEIRAS; MENEZES, 2004).

²¹ Texto extraído de: *Leitura e Escrita em Portugal e no Brasil 1500-1970*, v. I, 23-26 de janeiro de 1996, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Porto, 1998 (FELGUEIRAS; MENEZES, 2004).

oficiais gratuitas, bem como aos professores dessas instituições, possibilitando, segundo as próprias palavras, *o encontro das duas culturas dos homens e mulheres que as construíram, ligando, semanalmente, Brasil e Portugal, de 1857 a 1865*. Nessa mesma verve analítica, apresenta-se o artigo intitulado Um projeto de jornalismo pedagógico luso-brasileiro no século XIX (1857-1858)²². Este aborda o papel da *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil*, fundada por António Feliciano de Castilho (1800-1875) e Luís Filipe Leite (1828-1898). Pelo espaço breve de alguns meses de 1857 e 1858, o projeto jornalístico desses personagens pretendeu ser um espaço de conhecimento e diálogo dos problemas enfrentados pela educação popular em Portugal e no Brasil, assim como um local de encontro em relação a novas opções pedagógicas, apesar de reconhecer que, pelo breve período de existência, este se constituiu como ‘uma utopia breve’.

Aqui cabe uma última observação a respeito de um tipo de abordagem que tem orientado vários estudos no âmbito da história, em geral, e da história intelectual, em particular. Trata-se da investigação focada nas representações sobre a nação, o povo e as questões culturais que compõem a identidade lusa e a brasileira. Esse tipo de abordagem coloca em pauta a exploração de fontes situadas na intersecção entre um e outro referente ‘luso-brasileiro’, construindo outra modalidade de configuração espacial ancorada em uma comunidade de sentidos e de diálogos e não propriamente em uma materialidade geográfica, ou mesmo, em uma escala político-administrativa. Nessa modalidade, são valorizados os contatos e as conexões entre sujeitos situados em espaços geográficos diferentes, porém unidos por elos culturais e por representações sociais partilhadas coletivamente.

Avança, desse modo, na configuração de novas modalidades e escalas de comparação, assim como na proposição de novas questões de estudo advindas não só da variação nas escalas de análise, mas, sobretudo, da opção por estudar os objetos e as questões de estudo em suas relações dinâmicas, capturando-os nos processos de circulação e de intercâmbio em contextos abertos a múltiplas influências.

Considerações Finais

Os dados e as informações apresentados até aqui nos permitem tecer algumas conclusões a respeito da contribuição de Rui Grácio e de

²² Publicado na Revista *História da Educação da Associação Sulriograndense de História da Educação* (v.4, n. 7, abr. 2000) (FELGUEIRAS; MENEZES, 2004).

Rogério Fernandes para o desenvolvimento do que os portugueses costumam chamar de ‘Ciências da Educação’, ainda que estas só tenham se institucionalizado, efetivamente, na década de 1980 com a criação da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Foram muitas as ações que eles desenvolveram em prol da legitimação – científica e profissional – do campo da educação. Enquanto Rui Grácio tem sido reconhecido por sua contribuição no âmbito da administração do ensino e da qualificação docente, Rogério Fernandes obteve reconhecimento acadêmico por suas intervenções, sobretudo no âmbito da pesquisa em história da educação.

Analisando os escritos de Rogério Fernandes e de Rui Grácio, podemos inferir que estes materializam a produção resultante dos esforços de dois intelectuais que transitaram em diferentes espaços políticos, sociais, culturais e profissionais, tais como a imprensa, órgãos públicos, partidos políticos, centros de pesquisa, universidades e movimentos sociais, ocupando posições várias, porém, mantendo, como comportamento constante, a atividade de registrar as suas experiências e reflexões, inquirindo a história e estabelecendo, a partir dela, as conexões existentes no passado e no presente partilhado por pesquisadores e professores portugueses e, também, brasileiros, concorrendo, desse modo, para a conformação de uma historiografia que se volta para o estudo da educação.

Ao defenderem um tipo de abordagem que toma a história da educação em seu sentido mais amplo, ou seja, como um dos aspectos relacionados com as operações de produção, divulgação e transmissão cultural, e também, como expressão dos movimentos sociais e políticos, ambos interferiram na configuração desse campo de estudos, expandindo-o para além do ensino, ao mesmo tempo em que promoveram o esforço de problematização dos processos históricos estudados.

Operaram, desse modo, um alargamento dos objetos de estudo da história da educação, inserindo-a no âmbito de reflexões mais amplas ligadas à política, à sociedade e à cultura, dentre outras instâncias de produção e reprodução da vida social. Por outro lado, Rogério Fernandes pôde ampliar o espectro da investigação em história da educação para níveis internacionais e transnacionais, como vimos. Ao mesmo tempo, ambos promoveram um refinamento desse mesmo objeto, introduzindo questões muito específicas, questões típicas daqueles que atuam, conhecem e se inquietam com o rumo contemporâneo das políticas, das práticas e dos sentidos atribuídos à ‘questão educacional’.

Para além do protagonismo político desses intelectuais, o empenho de ambos no desenvolvimento e na divulgação dos estudos historiográficos e da história da educação contribuiu para a renovação dos modos de produzir conhecimento sobre a educação, assim como para a constituição de redes de pesquisadores envolvidos com a configuração de uma história da educação luso-brasileira.

A relevância da participação de Rogério Fernandes no desenvolvimento dos estudos de História da Educação, assim como na sua internacionalização, é reconhecida por diversos pesquisadores contemporâneos. Em balanço da produção de teses sobre a história da educação portuguesa, Jorge Ramos do Ó analisa quarenta e quatro teses de doutoramento que versam sobre a história da educação portuguesa, publicadas entre 1994 e 2004. Não por acaso, uma das primeiras constatações resultantes da análise desse corpus documental é, justamente, o reconhecimento da presença de três professores, a saber: Antonio Novoa, Rogério Fernandes e Joaquim Ferreira Gomes como figuras que, desde os anos 1970, têm se mostrado “[...] absolutamente incontornáveis nos vários palcos, internos e externos, de credibilização e consolidação científica da História da Educação portuguesa” (Ó, 2007, p. 4).

Outra consideração apresentada pelo autor se refere à predominância de estudos que se debruçam sobre a realidade nacional em detrimento dos estudos que recaem sobre o nível local e regional ou na comparação com as realidades extramuros. Considera, contudo, que a articulação de conhecimentos localizados e singulares com o nível macrossocial, assim como, acrescentamos nós, a ampliação da escala de análise por meio de estudos comparados e de intercâmbios internacionais anunciam algumas tendências e desafios que estão em curso no âmbito dos estudos de história da educação.

Enfim, é nesse esforço de perscrutar o nosso passado educacional, desvendando suas particularidades nacionais e locais e, ao mesmo tempo, percebendo-as no interior das redes de poder e de constituição de saberes partilhados internacionalmente que a pesquisa em História da Educação tem avançado. É na constituição de uma comunidade acadêmica ativamente envolvida na definição de temas, aportes teóricos e metodológicos, enfim, de questões de investigação sobre os processos de institucionalização da educação e de escolarização da sociedade em territórios e abordagens partilhados e construídos em comum que a perspectiva de construção da escola democrática, assim como a luta pela valorização do trabalho docente empreendida por Grácio e Fernandes, encontra respaldo e continuidade nesses novos tempos.

Referências

- BASE DE DADOS HISTÓRICOS. 25 de Abril. Disponível em: <<http://www.25abril.org/index.php>: Acesso em: 15 dez. 2011.
- BOLETIM do Sindicato Nacional dos Professores, Lisboa, v. IV, n. 1, 1963.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: MORAES, M. (Org.). *História oral: usos e abusos*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- BRANDÃO, M. *Modos de ser professor*. Lisboa: Educa, 1999.
- CARVALHO, M. M. C. O novo, o velho, o perigoso: relendo a cultura brasileira. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 71, p. 29-35, nov. 1988.
- CARVALHO, M. M. C. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: Edusf, 1998.
- CHARTIER, R. *A história cultural: ente práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. p. 13, 9 jun. 2013. p.13.
- ENCONTRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL: comunicações. 1., 1987, Lisboa. *Anais...* Lisboa: FCG, 1988.
- FALCON, F. *A época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.
- FELGUEIRAS, M.; MENEZES, M. C. (Org.). *Questionar a sociedade, interrogar a história e repensar a educação*. Porto: Afrontamento, 2004.
- FERNANDES, R. Rui Grácio: uma pedagogia da emancipação. In: GRÁCIO, R. *Obra completa; da educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. v. 1. p. XXIX-LXII.
- FERNANDES, R. A História da Educação no Brasil e em Portugal: caminhos cruzados. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 5-18, jan./abr. 1998.
- GOMES, J. F.; FERNANDES, R.; GRÁCIO, R. (Org.). *História da educação em Portugal*. 1. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1988. Coleção: Biblioteca do Educador Profissional, v. 113.
- GRÁCIO, R. *A História da história da educação em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988. Biblioteca do Educador Profissional, n. 113.
- LA CAPRA, D.; KAPLAN, S. *Rethinking intellectual history and reading texts*. Ithaca: Cornell University press, 1987.

MIGNOT, A. C.; GONDRA, J. G. *Viagens pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2007.

MOGARRO, M. J. *A formação de professores no Portugal contemporâneo: a escola do magistério primário de Portalegre*. 2001. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001.

MOVIMENTO DA ESCOLA MODERNA. Disponível em: <www.movimentoescolamoderna.pt/>. Acesso em: 10 jan. 2012.

NIZA, S. 2006: que rumos para a Educação? *Educação. Temas e Problemas*, Ano 1, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/76509685/entrevista-sergio-niza>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

NOVOA, A. Eu pedagogo me confesso. Diálogos com Rui Grácio. *Inovação: Revista do Instituto de Inovação Educacional*. Lisboa, v. 14, n. 1-2, p. 1-23, 2001.

Ó, J. R. Métodos e processos na escrita científica da História da Educação em Portugal: um olhar sobre 44 teses de doutoramento aparecidas ente 1990-2002. In: PINTASSILGO, J.; ALVES, L. A.; CORREIA, L. M.; FELGUEIRAS, M. (Org.). *A História da Educação em Portugal: balanço e perspectivas*. Porto: ASA, 2007. p. 35-72.

PÚBLICO, 24 nov. 2008. Disponível em: <www.publico.pt>. Acesso em: 30 nov. 2008.

REVISTA INOVAÇÃO EDUCACIONAL. Lisboa, v. 14, n. 1-2, 2001.

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: REMOND, R. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. *Histórias e memórias da educação no Brasil: Século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2006. v. II.

TORGAL, L. R.; HOMEM, A. C. Ideologia Salazarista e cultura popular: análise da biblioteca de uma Casa do Povo. *Análise Social*, Lisboa, v. XVIII, n. 72-74, p. 1437-1464, 1982.

Endereço para correspondência

Libania Nacif Xavier

UFRJ

Av. Pasteur, 250 - sala 102-A

Rio de Janeiro - RJ

CEP 22290-240

E-mail: libaniaxavier@hotmail.com

Recebido em: 8 ago. 2013
Aprovado: 31 mar. 2014

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.